

Os Guardiões da Pátria:

O Exército Árabe da Síria e sua relação com o Povo e o Estado

Tito Lívio Barcellos Pereira¹

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a Guerra Civil Síria através da relação entre o povo sírio e suas Forças Armadas, que ainda gozam de grande popularidade no país. As Forças Armadas da República Árabe da Síria remetem aos ideais fundadores do Estado Sírio, como um símbolo de "coesão nacional", e cuja importância remonta às guerras contra Israel. Questiona-se ainda o papel dos rebeldes como grupo opositor legítimo, devido à composição de "jihadistas" estrangeiros em seus quadros e às atrocidades e limpeza étnico-religiosa contra a população civil nos territórios por eles ocupados.

Palavras-chave: Guerra Civil Síria; Síria; Oriente Médio.

Resumen

El propósito de este artículo es analizar la Guerra Civil de Siria a través de la relación entre el pueblo sirio y sus fuerzas armadas, que siguen gozando de gran popularidad en el país. Las Fuerzas Armadas de la República Árabe de Siria se refieren a los ideales fundacionales del Estado de Siria, como símbolo de la "cohesión nacional", y cuya importancia se remonta a las guerras contra Israel. También cuestiona la legitimidad de los rebeldes como el grupo de la oposición, debido a la composición de los "yihadistas" extranjeros en sus marcos y las atrocidades y limpieza étnica-religiosa contra la población civil en los territorios ocupados por ellos

Palabras clave: Guerra Civil Siria; Siria; Oriente Medio.

Introdução

O mundo está a testemunhar desde março de 2011, a Guerra Civil na Síria, um sangrento conflito que já custou a vida de mais de 100 mil pessoas (militares, insurgentes armados e civis – nacionais e estrangeiros), segundo diversos órgãos estatais, independentes e internacionais. Este conflito surgiu inicialmente com os movimentos reformistas pró-democracia no Oriente Médio, que ficaram conhecidos como "Primavera Árabe"; antes, ocorrendo em países como Tunísia, Egito, Jordânia, Bahrein, Líbano, Iraque, Líbia, Iêmen e se desdobrando fortemente em regimes politicamente "intocáveis" como na Arábia Saudita e em países não-árabes como Israel e Irã. Até então, a Síria encontrava-se numa "ilha de estabilidade" num "mundo caótico", mas quando as manifestações começaram a florescer na pequena cidade de Daraa, no sul do país, foram duramente reprimidas pelo governo, por receio das autoridades políticas que os reflexos das experiências egípcia e, principalmente, líbia² repercutissem em território sírio.

¹ Geógrafo e Mestre em Estudos Estratégicos (INEST – UFF).

² Na Líbia, após a repressão às manifestações, a oposição incitou a luta armada, levando o país a uma Guerra Civil que culminou com um sangrento saldo de 30 mil mortos e com a deposição, captura e execução sumária do líder líbio Muammar Al-Khadafi pelos rebeldes armados apoiados por uma força-tarefa aeronaval da OTAN.

Porém, as manifestações se intensificaram cada vez mais, atingindo inclusive os maiores centros urbanos do país: a capital Damasco e a cidade de Aleppo. O governo reagiu com firmeza, enviando unidades blindadas do Exército para reprimir os protestos e cercando os redutos da oposição com o corte de água e eletricidade. Isso levou os opositores e até militares a recorrerem à luta armada para derrubar o regime. Em decorrência disso, surgiram vários grupos – alguns seculares com ideais liberais-democráticos; mas muitos outros com profundas raízes islâmicas conservadoras e extremistas; e ainda outros com ideais etnocêntricos e separatistas, como os curdos. Todos esses grupos, apesar de combaterem o atual regime, não possuem uma coesão e comando unificado, e por isso seus interesses chocam entre si, sendo inclusive reportados vários combates internos, que dificultam uma corpo coordenado e integrado na edificação de um objetivo comum.

No entanto, o regime sírio, encabeçado pelo presidente Bashar Al-Assad e o Partido Árabe Socialista *Baath*, mesmo centralizador e autoritário, ainda goza de grande popularidade entre a população – sobretudo entre as minorias étnico-religiosas nacionais e as elites sunitas moderadas dos grandes centros urbanos. Esse apoio se materializou em inúmeras marchas civis pró-governo, dentro e fora do país, desde o início das manifestações da oposição. Ao mesmo tempo, apesar das deserções e revezes das primeiras etapas da Guerra Civil, o regime ainda detém um extraordinário aparato coercitivo e militar, cuja espinha dorsal não foi quebrada e que está a desempenhar um papel importante no combate as forças insurgentes e na restauração da autoridade nacional nos territórios perdidos.

Ao contrário do cenário líbio, onde os rebeldes constituíram majoritariamente por desertores das Forças Armadas, na Síria configurou-se um cenário diferente, onde as Forças Armadas da República Árabe da Síria, apesar das deserções e das acusações de “crimes de guerra”, ainda gozam de grande popularidade entre o povo sírio, como um símbolo de “coesão nacional”, e cuja importância remonta as guerras contra Israel. Estas colocam em dúvida a relevância dos rebeldes, devido a composição de “jihadistas” estrangeiros em seus quadros, denunciando as atrocidades e limpeza étnico-religiosa contra a população civil nos territórios por eles ocupados. Mas porquê esse conflito ocorre? Que condições o regime sírio e suas Forças Armadas reúnem para ainda manter os alicerces políticos e sociais em meio a tamanha crise nacional? Por que a experiência líbia não se repete na Síria?

O objetivo deste trabalho é analisar esses fenômenos à luz das teorias das Ciências Políticas e Sociais, no que tange particularmente as relações entre civis e militares, entre os ideais fundadores do Estado Sírio e de suas Forças Armadas e o Povo sírio, afim de buscar algumas interpretações e explicações para a atuação e o papel destes atores internos e externos na dinâmica do conflito sírio.

O "Leão de Damasco" e a *polis syrianna*

O líder Bashar Al-Assad constitui-se no "príncipe herdeiro" de Hafez Al-Assad - "o Leão de Damasco" -, fundador da atual República Árabe da Síria em um golpe militar em 1970 (num país que já sofrera golpes em 1949, 1954, 1963 e 1966), decorrente da humilhante derrota militar para Israel na Guerra dos Dias, em 1967, na qual teve as Colinas de Golan ocupadas militarmente pelo Estado judeu. No controverso apoio às guerrilhas palestinas na Jordânia em 1970 – no episódio que ficou conhecido como "Setembro Negro" -, o então jovem tenente-general da Força Aérea e Ministro da Defesa interveio militarmente contra o regime de Damasco para expulsar a direção política tida como perpetradora de uma "aventureira e irresponsável política externa", se referindo a quadros político-militares esquerdistas do *Baath* – o Partido Árabe Socialista da Síria – que encontrava-se no poder desde 1963 (através de outro golpe de Estado). Os dirigentes, segundo Hafez Al-Assad, estavam conduzindo o país a um confronto iminente com Israel, e ainda criavam animosidades ao se intrometer em questões internas de outros países árabes, como a Jordânia.

Essa intervenção condicionou uma ampla reforma nos quadros do partido, com o expurgo de vários oficiais e políticos, e a ampliação de poder das minorias étnico-religiosas nacionais, como os árabes-alauítas (ramo liberal-xiita do islamismo) – o próprio Hafez Al-Assad é dessa vertente –, mas também druzos e cristãos-ortodoxos, além de outras etnias, como armênios e curdos (somadas, essas minorias representam 30% da população), alcançando importantes cargos político-administrativos no Parlamento, Forças Armadas, na burocracia e nas empresas estatais. Contudo, o regime sírio não se constituiu de carácter sectário, pois também formou-se uma elite árabe-sunita em Damasco e Aleppo gozando dos mesmos privilégios.

Esse fortalecimento em nível nacional do *Baath*, desagradou muito as elites tradicionais sunitas, formada pelos artesãos, comerciantes e latifundiários que gozavam de vastos privilégios sociais e políticos no domínio turco-otomano (de 1516 até 1918), no mandato semi-colonial francês (de 1920 a 1946) e nas primeiras décadas da jovem

república (1946 a 1963), onde constituíram uma oligarquia semi-feudal, detendo o controle das terras e do campesinato. Esses grupos, sentindo-se excluídos do governo *baathista* e com fortes inclinações conservadoras e religiosas (muçulmanas sunitas), catalisaram suas aspirações no fortalecimento do ramo sírio da Irmandade Muçulmana (Partido Político conservador de caráter anti-xiita, anti-comunista e anti-nacionalista), culminando com os levantes islâmicos de 1976, decorrente da invasão síria no Líbano em apoio à elite cristã-libanesa, e com o intuito de desestabilizar o regime vigente. Porém, suas ações encerram-se em 1982 com o "Massacre de Hama", onde a aviação e blindados do governo bombardearam a cidade para pôr término a um levante apoiado pela Irmandade, fechando com um trágico saldo de 10 mil mortos e enfraquecendo o grupo, naquele momento ainda reconhecido como ente político no país.

Mesmo com o autoritarismo secular de Hafez Al-Assad, o país teve uma relativa estabilidade política, e no plano externo constituiu-se num importante ator regional em diversos conflitos: a) na Guerra do Yom Kippur (1973), onde através de uma coalizão com o Egito e apoio da União Soviética, lançou uma ofensiva contra Israel para recuperar os territórios perdidos em 1967, mas com sucesso limitado, dado as perdas no conflito, a falta de coordenação com as tropas egípcias e a possibilidade de intervenção norte-americana em apoio a Israel; b) na Guerra Irã-Iraque (1980-1988), apoiou os iranianos, devido as rivalidades políticas com o *Baath* iraquiano; c) na Guerra do Golfo (1990-1991), com a mobilização de 50 mil soldados na fronteira com o Iraque e o envio de uma força expedicionária de 19 mil homens, blindados, artilharia e até sistemas anti-aéreos para a Operação *Escudo do Deserto e Tempestade do Deserto*, relevantes na defesa da Arábia Saudita contra eventual invasão das tropas iraquianas. Além disso, a Síria tem papel crucial no apoio aos movimentos armados de libertação da Palestina, concedendo abrigo e treinamento a grupos armados em território sírio.

Porém a atuação regional mais importante da Síria se consolida na Guerra Civil Libanesa (1975-1990), onde temendo uma dimensão sectária no conflito do país vizinho, em 1976, intervém militarmente no Líbano em apoio à elite cristã-maronita que governava majoritariamente o país. No entanto, com a entrada de Israel em 1978 para destruir os campos de treinamento da OLP (Organização para Libertação da Palestina) baseados em território libanês e consolidar o poder maronita, o "Leão de Damasco" resolve redefinir suas estratégias, se aliando à facções xiitas, sunitas e palestinas, que combatiam os maronitas. Assim, a partir de 1983, após sérios revezes iniciais, os sírios retomam uma forte ofensiva, fazendo os israelenses recuarem para o sul do Líbano, e enfraquecendo as

milícias maronitas e druzas, pró-Israel. Com os Acordos de Taif em 1989, as partes estabelecem o fim da guerra, com a desmobilização das milícias e a ocupação do país por tropas sírias para garantir a estabilidade política, onde permaneceram até 2005. Em contrapartida, os israelenses mantiveram uma pequena presença no sul do Líbano, mas devido à insurgência armada do *Hezbollah* ("Partido de Deus") - movimento xiita libanês, apoiado e financiado pela Síria e Irã -, a situação das tropas israelenses tornou-se insustentável, e em maio de 2000, tiveram de desarmar as milícias pró-Israel e retirar-se definitivamente do país.

No plano econômico, a Síria, apesar de ser um tradicional aliado soviético, com o fim do bloco socialista em dezembro de 1991, procurou estreitar relações com os EUA, providenciando investimentos e medidas liberais na sua estrutura econômica, outrora altamente estatizada.

A leitura aplicada do Estado Civil lockeano para a realidade política síria, remete à seguinte interpretação: a República Árabe da Síria, apesar da figura centralizada e autocrática do presidente, possui um parlamento denominado "Conselho do Povo", caracterizado por 250 cadeiras, com a maioria da *Frente Progressiva Nacional* – coalizão de partidos e sindicatos encabeçada pelo *Baath* que controla 168 cadeiras, e outras 77 cadeiras controladas por coalizões menores e políticos independentes (incluindo opositores), todos eleitos por sufrágio universal, e que estabelecem o governo por consenso. Logo, o "Conselho do Povo" possui representatividade para boa parte da população, contemplando os interesses das minorias étnico-religiosas que ocupam o gabinete administrativo, cargos ministeriais, militares, político-regionais e burocráticos; além dos interesses das elites econômicas dos grandes centros urbanos (especialmente Damasco e Aleppo) que são beneficiadas pelos investimentos na agricultura, indústria, petróleo e comércio estatal. O Estado sírio, seja pela máquina público-administrativa ou pelo aparato de segurança, zela pela propriedade estatal que é virtualmente controlada ou administrada por essas classes dominantes.

Porém, os líderes não são eternos: Em 10 de junho de 2000, o "Leão de Damasco" faleceu devido a um ataque cardíaco, deixando o país aos prantos, e o jovem príncipe Bashar Al-Assad assume seu posto. Este conduziu reformas liberais no plano político e econômico: libertou presos políticos, arrefeceu a censura, legalizou partidos políticos, autorizou bancos privados e retirou tropas do Líbano em 2005, mas a autoridade do *Baath* permaneceu intocável, gerando descontentamentos entre a população, os intelectuais e a elite econômica. O aumento do desemprego, inflação, incipiente

transparência política e desigualdade social, aliado a fatores externos no Líbano, Israel, Turquia e Iraque, foram catalisados e potencializados na chamada "Primavera Árabe".

Porém, quando a guerra civil eclodiu e começou a tomar dimensões sectárias - devido ao discurso e postura extremista de integrantes dos grupos rebeldes em relação ao não-sunitas, e o massivo emprego de jihadistas oriundos de outras regiões do mundo islâmico, como iraquianos, sauditas, turcos, afegãos, líbios, tunisianos, egípcios e até chechenos e sudaneses -, as minorias étnico-religiosas e as elites moderadas sunitas viram no Estado secular sírio a garantia de sua sobrevivência. A *polis syrianna* se materializou nas grandiosas manifestações de apoio ao regime dentro do país - especialmente em Damasco, Aleppo e no "núcleo alauíta" do litoral sírio (os distritos de Latakia e Tartus) -, mas também no exterior com a diáspora síria (mesmo essas pessoas residindo em países com regimes políticos liberal-democráticos, como EUA, Grã-Bretanha e Austrália). Em suma, a *polis syrianna* é centralizada e autoritária, mas também é republicana e igualitária - e nesse contexto, entende-se sua importância para esses cidadãos na defesa e manutenção desses ideais.

Os "Guardiões" da Síria Baathista

O principal instrumento de coesão nacional está simbolizado nas Forças Armadas da República Árabe da Síria, e mesmo as adversidades sofridas nessa Guerra Civil, como deserções em massa de oficiais e praças, os revezes nos conflitos armados, as acusações de truculência contra manifestantes pacíficos e os ataques desproporcionais contra a população civil, inclusive com o emprego de vetores não-convencionais como o arsenal químico sírio), não abalaram seu "espírito de corpo", como ocorreu no caso líbio, onde a maioria dos militares desertaram massivamente para a causa rebelde, levando seus equipamentos militares, e obrigando o líder Muammar Al-Khadafi a contar com forças mercenárias. No caso sírio, muito antes pelo contrário, foi organizado a *National Defense Force* - em árabe: *Quwat ad-Difā' al-Watanī* - "Forças de Defesa Nacional", consistindo num elevado aumento da mobilização civil através dos "Comitês Populares", milícias pró-governo criadas espontaneamente durante o conflito por cidadãos cristãos, alauítas, druzos e até sunitas, para defender-se de ataques dos rebeldes de matriz sunita. Essa mobilização efetivou uma força adicional de 100 mil homens (aos 256 mil das Forças Armadas), agregando batalhões de mulheres e até de refugiados palestinos e iraquianos que residem em território sírio; além disso, o regime de Bashar Al-Assad conta com o apoio militar do *Hezbollah* com um efetivo de aproximadamente 5 mil homens e,

em menor escala, do Irã, que providencia assessores militares, equipamentos e munições.

Em uma análise hobbesiana do Estado sírio governando pelo *Baath* e personificado na figura do presidente Hafez ou Bashar Al-Assad, este resulta do contrato cívico entre as Forças Armadas, as minorias étnico-religiosas e as elites moderadas sunitas dos grandes centros urbanos. Esses segmentos da sociedade confiaram sua integridade física e segurança ao regime, sob os ideais do socialismo pan-arabista: *a unidade, liberdade e socialismo*. Esse Estado laico, secular, centralizado e igualitário sob a autoridade do *Baath*, é personificado em seu líder fundador e herdeiro - eleito e consentido pelo povo sírio e protegido pela espada dos "guardiões da pátria", isto é, as Forças Armadas Árabes da Síria – Exército, Marinha e Forças de Defesa Aérea; como é ilustrado na primeira estrofe do hino nacional sírio:

*Guardiões da pátria, que a paz esteja com vocês,
o orgulho em nossas almas jamais perecerá
as areias do Arabismo é nosso lar sagrado
e o trono de nossos sóis nunca serão violados.*

Deve-se compreender que o termo "árabe" não se constitui aqui como um elemento etnocêntrico, e sim um elemento linguístico integrador não apenas do islamismo sunita ou alauíta, mas de todas as entidades etno-religiosas existentes no país, como curdos, armênios, assírios, turcomanos, turcos e circassianos. O ideal Pan-Árabe também contribui para que o país sirva de lar acolhedor para refugiados de outros países árabes, como iraquianos e palestinos. Esses ideais são materializados no projeto da "Grande Síria" ou *Bilad-al-Sham* (Terra do Sol – *a pátria Síria*), cunhado pelo Partido Nacional Socialista Sírio (SSNP) nos anos 30 e, em certa medida, incorporadas pelo *Baath* [Apesar do próprio SSNP ser legalizado apenas em 2005, fazendo parte de uma coalizão partidária encabeçada pelo Baath], e que compreende os territórios da Síria histórica (Síria, Líbano, Jordânia, Israel e os territórios palestinos) - uma referência ao Reino Árabe da Síria (1918-1920) antes da imposição do mandato francês -; além do Iraque e o Kuwait - territórios que compreendem a extensão histórica do antigo Império Assírio (séc. X – VII a.C.). Na busca desse ambicioso projeto, a Síria passou por inúmeras e fracassadas tentativas de unificação com o Egito (1961 e 1972), Iêmen (1961), Líbia e Sudão (1972), além da intervenção e ocupação militar do Líbano (1976-2005).

Uma interpretação sobre a simbologia e o significado das Forças Armadas para o povo sírio pode ser encontrada nas obras de Stanislav Andreski (1968) e Amos Perlmutter (1977), onde apontam que a *strata* militar - uma vez que atua como uma corporação - também assume como ator político. Argumentam que, a medida que as Forças Armadas atuam direta ou indiretamente na política, escolhendo os governantes da nação, podem protagonizar rebeliões militares quando o poder político propõe mudanças que atinjam a corporação, estabelecendo um “Estado pretoriano”. Isto é, as Forças Armadas Sírias constituem uma casta privilegiada, e a entidade política passa a existir em função dela. Stepan (1971) propõe que os militares atuam como um “poder moderador”, os “guardiões das leis, da constituição e dos princípios fundadores da nação”, uma vez que não só atuam no ambiente externo, mas também interferem continuamente no espaço doméstico. Isso, de certa forma, é ilustrado pela quantidade de golpes militares ocorridos na Síria (1949, 1954 e 1963), pelos golpes internos dentro do regime baathista (1966 e 1970) e os expurgos políticos dentro dos quadros internos das Forças Armadas.

Porém, apesar de líderes oriundos das Forças Armadas, o *Baath* exerce um controle civil sobre o país e as Forças Armadas estão submetidas ao controle do partido. Por isso, para Perlmutter (1977) as atuais Forças Armadas da Síria também podem ter um caráter “revolucionário” por serem desdobradas de quadros do *Baath*, mas que desde 1970 é submetida a sua autoridade. Isso é explicado pela ausência de intervenções militares no país após 1970, mesmo com os revezes e posturas controversas na Guerra do Líbano; as animosidades com Israel com relação as Colinas de Golã (que até hoje encontram-se ocupadas pelo Estado de Israel); a ingerência na Guerra do Golfo contra o também *baathista iraquiano* de Saddam Hussein, ao lado das monarquias absolutistas do Golfo Pérsico como a Arábia Saudita e Kuwait e as potências ocidentais como EUA e Grã-Bretanha. Nem mesmo a atual crise política promovida pela “Primavera Árabe” e a Guerra Civil, que abalaram muita da popularidade de Bashar Al-Assad, condicionaram as Forças Armadas sírias a uma intervenção para afastar o líder político, de modo a aproximar-se corporativamente da população descontente (como foi realizado no Egito, onde as Forças Armadas derrubaram o presidente Hosni Mubarak, e prometeram assegurar uma transição política aos manifestantes).

Por fim, à luz dos autores utilizados, fica a dúvida se pelas características “pretorianas”, “corporativas” e “revolucionárias” das Forças Armadas sua lealdade está condicionada ao *Baath* (na figura do presidente Bashar Al-Assad) da mesma forma que está condicionada à própria essência da nação síria. Em outra percepção, discorda-se do

caráter “pretoriano” e burocratizado das Forças Armadas Sírias, pois dado a instabilidade política do país e assimetrias no ambiente externo, necessitou com que se tornasse um efetivo poder militar, dotando-se de vetores capazes não apenas de manter a autoridade sobre o território nacional, mas também dissuadir rivais regionais como Israel, Turquia, Arábia Saudita e Egito, e até projetar seu poder sobre estas nações. Isso tem sustentado a importância das Forças Armadas entre a população síria, sendo um vetor de integração nacional reunindo todos os elementos classistas e étnico-religiosos em prol do Estado republicano, secular e árabe e, ao mesmo tempo, um vetor de projeção da soberania num caótico e hostil entorno geopolítico regional.

Comparativo Militar Regional (2011)

	Soldados (ativos)	Tanques e Blindados	Embarcações de Guerra	Aviões de Combate
Síria	325.000	8.000	55	770
Iraque	271.400	830	23	20
Egito	468.500	8.030	84	510
Arábia Saudita	233.500	2.245	20	407
Israel	176.500	1.850	59	500
Turquia	664.060	3.693	106	417
Irã	523.000	2.829	172	250

Fonte: IISS, *World Military Balance*, 2011; SIPRI *Yearbook*, 2011.

Assim, aplicando a metodologia de Andreski (1968) sobre os tipos de organização militar, podemos colocar o caso sírio como um país de elevado *MPR* (*Military Participation Ratio* – “taxa de participação militar”) devido à alta mobilização de pessoal para as Forças Armadas (incluindo as milícias dos Comitês Populares e das Forças de Defesa Nacional), gerando uma taxa de 34 soldados ou oficiais ligados ao aparato de segurança para cada 1000 habitantes (contrastando com a taxa de 16 da Turquia, 17 do Egito e 9 da Arábia Saudita). Mas assim como o elevado apoio popular ao governo e as Forças Armadas contribuem para manter esse índice elevado; os outros elementos como “subordinação” e “coesão” podem sofrer maior ou menor volatilidade conforme o desenrolar do conflito. No início, com as deserções em massa nas Forças Armadas, poderia-se argumentar no sentido de uma forte negativa na coesão interna da corporação e na subordinação das Forças ao regime, porém, com as incertezas quanto a confiabilidade dos rebeldes e os avanços das tropas governamentais, esses dois fatores tendem a melhorar ou estabilizar o quadro das Forças, e isso dependerá da conjuntura política e estratégica que irá se desdobrar durante a dinâmica do conflito sírio.

A descentralizada oposição síria

Uma análise inicial sobre a formação das correntes da oposição política na República Árabe da Síria, nos remete às classes burguesas tradicionais (latifundiários e comerciantes do período otomano), que perderam representatividade e influência social e política no país desde a subida do *Baath* em 1963; estas estão inseridas, em sua maioria, numa matriz árabe-sunita (60% da população) e possuem fortes inclinações conservadoras religiosas e tradicionalistas, numa sociedade onde a religiosidade não tem se constituído em uma determinante política e social, e que é governada, em grande parte, por minorias étnico-confessionais liberais (como os alauítas, druzos e sunitas moderados) e não-muçulmanos (cristãos ortodoxos e armênios). Para essas classes burguesas tradicionais, se os primeiros não prezam pelos valores islâmicos, logo são "maus muçulmanos", e os segundos, sendo coniventes com os primeiros, desvirtuam esses valores – como tolerância ao comportamento liberal das mulheres, ao uso do álcool, etc. Assim, essas classes se sentem marginalizadas no plano econômico, social e político, alegando que o governo não respeita as tradições e valores islâmicos. Assim, ilustra-se nas acusações que o governo trata-se de um “regime alauíta”, por aglomerar as minorias religiosas e moderadas que não compartilham dos valores tradicionais, e por isso, essa direção política não é legítima para os "verdadeiros árabes-sunitas" e deve ser removida. Outra vertente, mais moderada e menos influente, inclui intelectuais orgânicos, tecnocratas, ex-burocratas, militares reformistas e dissidentes, liberais e até socialistas, que influenciados pelas ideias e mudanças políticas do Ocidente, creem que a “ditadura dos Assad” não conseguiu acompanhar as mudanças e quer preservar um sistema ineficiente, corrupto e desgastado que não corresponde às novas demandas do povo sírio.

Isso se traduz na criação de inúmeros e pouco coesos grupos de oposição partidários e/ou armados, alguns sob a égide liberal-democrática; outros sob uma linhagem ultra-conservadora, fundamentalista e extremista de matriz sunita com vertentes *salafistas* e *wahabbitas*, que compreende desde a Irmandade Muçulmana até os grupos extremistas atuantes no país. Isso, em certa medida, legitima o discurso de direito à resistência, cuja oposição representaria no campo étnico-religioso a maioria do povo sírio. Mas deve-se questionar se, a medida que esses grupos são potencializados, treinados, armados e apoiados por entidades externas - como as monarquias absolutas árabe-islâmicas do Golfo Pérsico (Arábia Saudita, Qatar, Kuwait e Emirados Árabes Unidos),

atores regionais como Turquia e Israel e países ocidentais liberal-democráticos como EUA, Grã-Bretanha e França, além do massivo engajamento de muçulmanos de fora da Síria (egípcios, turcos, afegãos, chechenos, sauditas etc.) na sua *jihad* ou “guerra santa” contra o “regime infiel alauíta”; não os colocaria como catalisadores de interesses estrangeiros, deslegitimando-os como um movimento endógeno do povo sírio e para o povo sírio?!

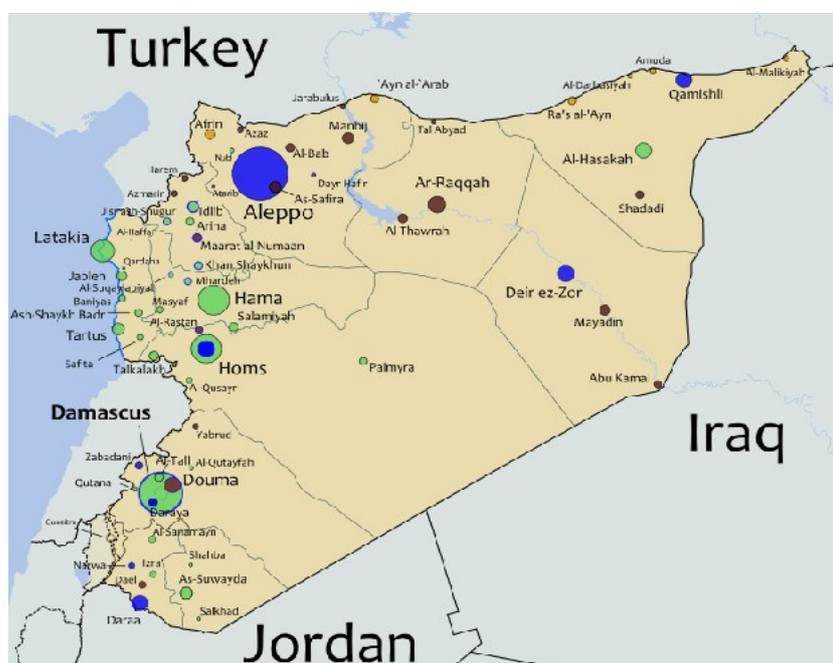
Com a "Primavera Árabe", a eclosão da Guerra Civil Síria e o desenrolar dos conflitos, esses grupos opositores armados assumiram um ainda mais forte caráter sectário de matriz sunita nas vertentes *salafistas* e *wahabbitas*, ou seja, preocupados no resgate da "pureza do Islã" como determinante social e política e buscando a criação da *Umma* ou "comunidade religiosa" do exclusivismo do Islã. Isso vai totalmente contra a gênese contratual da República Árabe da Síria, onde a religião não se constitui como determinante em razão do mosaico religioso e étnico, unido pela submissão à *polis syrianna* – essa instituição superior, supranacional e suprareligiosa garantidora da segurança dessas comunidades contra a morte violenta extra-estatal perpetrada por esses grupos extremistas. Isso se traduz nos ataques registrados durante o conflito às comunidades cristãs, armênias, alauítas e druzas por esses grupos fundamentalistas, através de atentados terroristas e pelas limpezas étnico-religiosas em territórios ocupados, fazendo-os perder a credibilidade frente a essas comunidades e até diante das potências ocidentais, por mais críticas que sejam ao regime sírio. Agora, o Ocidente teme que a “ditadura secular” seja substituída por um regime “teocrático” aos moldes do Afeganistão durante a primazia do Taleban (1996-2001). A longo prazo, essa escalada de violência poderá representar a implosão do “Leviatã sírio”, condenando-o a se dissolver em pequenas comunidades étnico-confessionais sunitas, alauítas, cristãs, curdas e druzas. E por fim, transformando a outrora República secular num polo de instabilidade numa já complexa região, podendo ser um reduto de grupos extremistas islâmicos que atuariam na Turquia, Iraque, Israel, Norte da África, Cáucaso, entre outros.

Conclusões

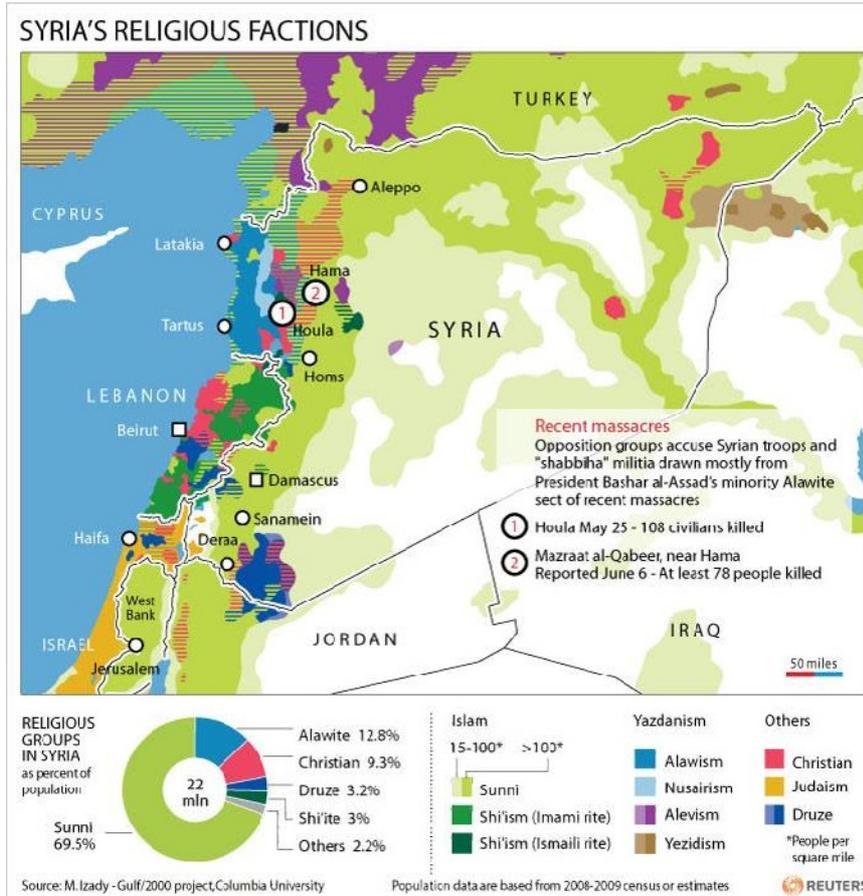
O presente trabalho preocupou-se em trazer algumas reflexões sobre os atores e a dinâmica do conflito sírio de acordo com algumas concepções e interpretações político-filosóficas presentes nos autores sobre a temática das relações cívico-militares. Percebeu-se que pela conjuntura histórica e política, o Regime Sírio e suas Forças Armadas reúnem atributos que lhe condicionam uma simbiose, constituindo um “espírito

de corpo”, que sob determinados valores, ideais, símbolos e bandeiras, ainda os legitimam perante a população civil. Se o povo está desgastado por um governo autocrático, também está cansado do banho de sangue que assola o país durante dois anos e meio, e temeroso pelo destino político do país caso a “oposição” assuma o poder. No entanto, dada a complexidade política, econômica, étnico-religiosa e geopolítica do conflito, deve-se ter em mente a existência e a relevância destes e outros atores, internos e externos, com pesos distintos e assimétricos, e seu entendimento nesta dinâmica deve ser aprofundada por estes e outros aportes teóricos.

GUERRA CIVIL SÍRIA (Setembro de 2013)

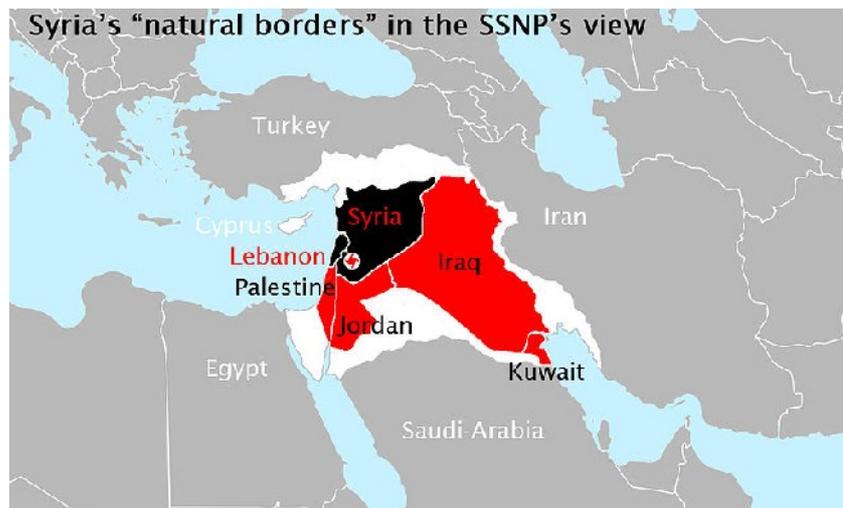


Legenda: *verde* – cidades controladas pelo governo; *marrom* – cidades controladas por grupos opositores (fundamentalistas islâmicos e/ou rebeldes políticos); *amarelo* – cidades controladas por forças curdas; *azul* – cidades contestadas.



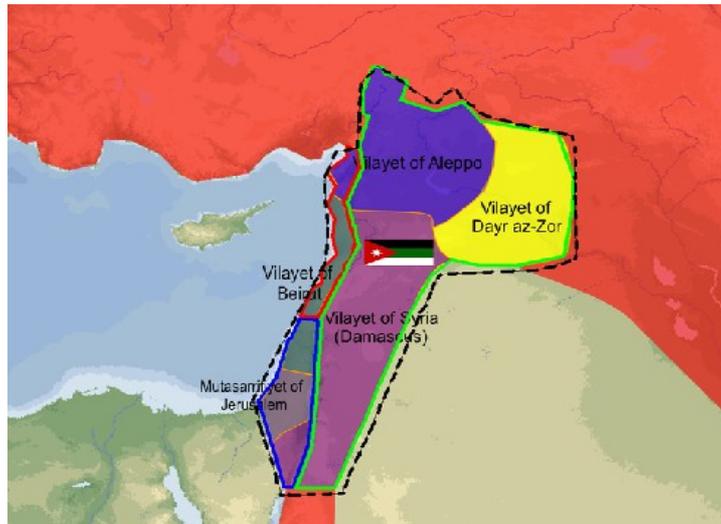
Legenda: verde claro – muçulmanos sunitas; verde escuro – muçulmanos xiitas; azul claro – muçulmanos alauítas; púrpura – muçulmanos alevitas (turcos); rosa – cristãos (ortodoxos e maronitas); amarelo – judeus; azul escuro – druzos .

A “GRANDE SÍRIA” segundo o SSNP



Legenda: preto – a “Síria Natural” que compreende a Síria e Líbano; vermelho – os países que compreendem a “Grande Síria”; pastel – extensão máxímo do Império Neo-Assírio (séc. X – VII a. C.)

O REINO ÁRABE DA SÍRIA (1918-1920)



MANDATO FRANCÊS NA SÍRIA E LÍBANO (1921-1930)



Referências

ANDRESKI, S. *Military Organization and Society*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968.

MACPHERSON C. B. *The Political Theory of Possessive Individualism*. Oxford University Press, 1962.

BIGNOTTO, N. *Maquiavel Republicano*. Editora Loyola, 1991.

HOBBS, T. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil* - (tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva). n.d.

LOCKE, J. *Segundo Tratado Do Governo Civil*. Ed.: Clube Do Livro Liberal, n.d.

CARTALUCCI, T. BOWIE, N. *War on Syria: Gateway to WWII* - 2012, n.d.

HINNEBUSCH, R. *Syria: Revolution from Above* – Institute of Middle Eastern and Islamic Studies, University of Durham, 2001.

HUNTINGTON, S. P. *O Soldado e o Estado: Teoria Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*, n.d.

BATATU, H. *Egyptian, Syrian and Iraqi Revolutions* – Center for Contemporary Arab Studies, Georgetown University, 1984.

LEVERETT, F. *Inheriting Syria: Bashar's Trial by Fire*. Washington: Brookings Institution Press, 2005.

MAALOUF, R. P. *Geoestratégias em confronto no Líbano em guerra (1975-90)*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2011.

RIPLEY, T. *Desert Storm Special – Land Army: The Coalition and Iraqi Armies*. London: Osprey Publishing, 1991.

PERLMUTTER, A. *The Military and Politics in Modern Times*. New Haven and London: Yale University Press, 1977.

ROTTMANN, G.; VOLSTAD, R. *Elite Series – Armies of Gulf War*. London: Osprey Publishing, 1993.

STEPAN, A. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.

Syria: Tyranny, Popularity and Power: GAZA EYES. Disponível em <http://gaza-eyes.blogspot.com/syria-tyranny-popularity-and-power>

Defence of the Syrian Arab Army: SYRIA REPORT. Disponível em <http://syriareport.net/in-defence-of-the-syrian-arab-army/>

Recebido em Junho de 2013.

Publicado em Junho de 2014.